



Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Individuais e consolidadas
31 de março de 2025

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	03
Balanços patrimoniais	05
Demonstrações do resultado	07
Demonstrações do resultado abrangente	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	13
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações financeiras	15
5 Contas a receber	15
6 Investimentos	16
7 Imobilizado	18
8 Intangível	20
9 Fornecedores	21
10 Tributos a recolher sobre o lucro	22
11 Concessões a pagar	23
12 Financiamentos e debêntures	24
13 Provisão para compromissos futuros	26
14 Processos judiciais	26
15 Patrimônio líquido	29
16 Receita líquida	30
17 Custos e despesas operacionais	31
18 Receitas e despesas financeiras	31
19 Transações com partes relacionadas	32
20 Instrumentos financeiros	32
21 Compromissos	40
22 Informações complementares ao fluxo de caixa	40
23 Eventos subsequentes	41



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e
Diretores da **Aliança
Geração de Energia S.A.**
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A ("Companhia") em 31 março de 2025, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria.

Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 31 de março de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 31 de março de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.


Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como

informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.768	253.237	254.226	440.472
Aplicações financeiras	4	403.840	154.035	403.915	154.086
Contas a receber	5	130.610	139.112	149.143	163.358
Estoques		12.205	12.392	15.077	15.224
Tributos a recuperar		2.110	2.063	3.477	3.757
Dividendos a receber	19	30.565	30.565	-	-
Outros valores a receber		4.224	5.562	6.751	9.170
Total do ativo circulante		618.322	596.966	832.589	786.067
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	33.086	31.922
Tributos a recuperar		-	-	567	621
Depósitos vinculados a litígios	14.b	11.616	8.610	12.232	9.203
Outros valores a receber		6.405	6.339	6.405	6.339
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	-	-	872	1.030
Realizável a longo prazo		18.021	14.949	53.162	49.115
Investimento	6	1.727.639	1.730.921	-	-
Imobilizado	7	1.201.426	1.220.355	2.932.375	2.972.424
Intangível	8	567.735	568.399	599.251	600.390
Total do ativo não circulante		3.514.821	3.534.624	3.584.788	3.621.929
Total do ativo		4.133.143	4.131.590	4.417.377	4.407.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	17.906	35.477	78.886	86.680
Salários e encargos a pagar		13.763	16.783	13.762	16.782
Tributos e contribuições sociais a recolher		10.685	12.390	12.100	13.737
Tributos a recolher sobre o lucro	10	25.339	100.320	27.863	102.392
Concessões a pagar	11	41.033	41.047	41.033	41.047
Financiamentos e debêntures	12	92.196	87.141	106.088	100.706
Arrendamentos		1.612	1.612	5.169	4.963
Encargos regulatórios a recolher		7.569	7.737	7.681	7.821
Provisão para compromissos futuros	13	22.514	18.649	23.966	20.432
Dividendos a pagar	15.a	128.016	128.016	128.016	128.016
Outros passivos		6.598	9.150	6.645	9.199
Total do passivo circulante		367.231	458.322	451.209	531.775
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	193.382	198.496	193.382	198.496
Financiamentos e debêntures	12	1.087.121	1.081.305	1.240.218	1.237.105
Arrendamentos		2.964	3.270	32.039	32.603
Encargos regulatórios a recolher		6.250	5.139	6.250	5.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	264.186	260.169	264.270	260.249
Provisão para compromissos futuros	13	98.889	90.602	116.889	108.342
Provisões para processos judiciais	14	183.543	176.382	183.543	176.382
Total do passivo não circulante		1.836.335	1.815.363	2.036.591	2.018.316
Total dos passivos		2.203.566	2.273.685	2.487.800	2.550.091
PATIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Lucros acumulados		71.672	-	71.672	-
Total do patrimônio líquido		1.929.577	1.857.905	1.929.577	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.133.143	4.131.590	4.417.377	4.407.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
RECEITA LÍQUIDA	16	278.204	257.542	329.672	301.248
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(96.256)	(80.707)	(146.459)	(114.669)
LUCRO BRUTO		181.948	176.835	183.213	186.579
Despesas gerais e administrativas	17.b	(16.122)	(11.105)	(16.303)	(11.407)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	(96)	479	(133)	(116)
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(1.786)	4.574	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(18.004)	(6.052)	(16.436)	(11.523)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		163.944	170.783	166.777	175.056
Receitas financeiras	18	12.637	9.038	19.632	12.930
Despesas financeiras	18	(66.825)	(53.556)	(72.360)	(58.622)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.b	109.756	126.265	114.049	129.364
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.b	(34.066)	(31.921)	(38.197)	(34.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(4.018)	(9.492)	(4.180)	(9.661)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	71.672	84.852	71.672	84.852
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,06	0,07	0,06	0,07
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	71.672	84.852	71.672	84.852
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	71.672	84.852	71.672	84.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	84.852	84.852
Em 31 de março de 2024		1.291.488	566.417	84.852	1.942.757
Em 31 de dezembro de 2024		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	71.672	71.672
Em 31 de março de 2025		1.291.488	566.417	71.672	1.929.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	71.672	84.852	71.672	84.852
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	32.881	32.943	54.077
Baixas líquidas de imobilizado e intangível		29	911	151
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	1.786	(4.574)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		66.185	53.455	71.696
Imposto de renda e contribuição social	10.b	38.084	41.413	42.377
Amortização do juros capitalizados	6.a	1.547	1.053	-
Provisões para processos judiciais	17.b	7.161	999	7.161
		219.345	211.052	247.134
				241.551
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		8.502	18.994	14.215
Tributos a recuperar		(47)	(2.426)	334
Depósitos judiciais		(2.443)	(715)	(2.466)
Outros ativos		1.459	1.454	2.500
Fornecedores		(4.493)	(27.209)	10.475
Salários e encargos a pagar		(3.020)	(4.769)	(3.020)
Tributos e contribuições sociais		(3.358)	2.113	(6.969)
Outros passivos		(1.610)	(3.042)	(1.584)
		(5.010)	(15.600)	13.485
				(14.964)
Caixa gerado pelas operações		214.335	195.452	260.619
Imposto de renda e contribuição social pagos		(107.394)	(105.169)	(107.394)
Provisão para compromissos futuros pagos	13	(3.191)	(3.210)	(3.669)
Juros pagos	12.a	(14.888)	(13.978)	(18.379)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		88.862	73.095	131.177
				100.317
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível		(14.188)	(766)	(19.010)
Aumento/Integralização de capital em controladas		(51)	(21.346)	-
Novas aplicações financeiras		(346.980)	(296.004)	(495.297)
Resgates de aplicações financeiras		97.175	172.008	244.304
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(264.044)	(146.108)	(270.003)
				(152.287)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(13.240)	(13.240)	(16.480)
Pagamentos de arrendamentos		(409)	(380)	(1.302)
Pagamento de concessões	11	(29.638)	(28.909)	(29.638)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(43.287)	(42.529)	(47.420)
				(45.962)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(218.469)	(115.542)	(186.246)
No início do período	3	253.237	270.672	440.472
No fim do período	3	34.768	155.130	254.226
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(218.469)	(115.542)	(186.246)
				(97.932)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas					
Venda de energia	16	321.131	298.407	375.536	349.265
Outras receitas		582	528	309	268
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(14.092)	(3.407)	(31.444)	(9.923)
Serviços de Terceiros		(15.484)	(13.616)	(22.115)	(19.902)
Materiais		(654)	(634)	(713)	(637)
Outros custos operacionais:					
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a	(19.557)	(17.912)	(24.080)	(22.212)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(9.892)	(9.988)	(9.892)	(9.988)
Encargos regulatórios		(4.033)	(3.766)	(4.369)	(4.019)
Contingências		(7.161)	-	(7.163)	-
Outros		(7.243)	(6.162)	(7.773)	(6.554)
Valor adicionado bruto		243.597	243.450	268.296	276.298
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(32.881)	(32.943)	(54.077)	(50.231)
Valor adicionado líquido		210.716	210.507	214.219	226.067
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(1.786)	4.574	-	-
Receitas financeiras	18	12.637	9.037	19.631	12.930
Valor adicionado a distribuir		221.567	224.118	233.850	238.997
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados					
Remuneração direta		11.456	12.862	11.456	12.862
Benefícios		2.616	2.320	2.631	2.335
FGTS		486	567	486	567
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		67.638	68.962	74.256	74.246
Estaduais		32	12	34	4.318
Municipais		105	95	127	112
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		66.127	52.916	71.640	57.923
Aluguéis		737	809	828	900
Outras despesas financeiras		698	723	720	882
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos retidos	15.d	71.672	84.852	71.672	84.852
Valor adicionado distribuído		221.567	224.118	233.850	238.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de então seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

No dia 27 de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade da participação de 45% da Cemig GT na Aliança. A conclusão da transação ocorreu em agosto de 2024, resultando na transferência integral da participação acionária da Cemig Geração e Transmissão S.A. para Vale S.A. A partir do dia 13 de agosto de 2024 a Vale S.A. detém a totalidade das ações emitidas pela Aliança, sem alteração na estrutura de capital e nas operações da Companhia.

Em 31 de março de 2025, a Vale S.A. (“Vale”) celebrou um acordo com a Global Infrastructure Partners (“GIP”) para estabelecer uma *joint venture* na Aliança. Uma vez concluída a transação, a Vale deterá uma participação de 30% na *joint venture*, enquanto a GIP terá os 70% restantes.

Na conclusão da transação, a Aliança passará a consolidar os ativos de energia do parque solar Sol do Cerrado e a integralidade do Consórcio Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves), ambos em Minas Gerais.

A transação está sujeita às condições precedentes usuais, incluindo a anuência ou a aprovação de órgãos regulatórios competentes. A Companhia reitera que manterá o mercado informado tempestivamente sobre qualquer fato relevante no contexto da referida transação.

Operação

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701,3 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 279,3 MW por meio de participações em 8 Centrais Eólicas com garantia física de 126,8 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas e centrais eólicas:

Empreendimento (Usinas Hidrelétricas)	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco") ¹						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,37%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar II ("Capim Branco II")	87,37%	Araguari	Araguari	210	125	Abr/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela") ¹	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32
Igarapava ("Consórcio de Igarapava") ¹	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga") ¹	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Repactuação do ACR finalizada. Processo ANEEL da Repactuação ACL em andamento, os cálculos a serem homologados estão aguardando decisão de diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Empreendimento (Centrais Eólicas)	Participação Aliança	Estado	Município	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Autorização
Parque Eólico Santo Inácio (CESI)						
São Raimundo	100%	Ceará	Icapuí	23,10	11,20	Jun/2051
Santo Inácio III	100%	Ceará	Icapuí	29,40	13,60	Jun/2051
Garrote	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,50	Jun/2051
Santo Inácio IV	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,70	Jun/2051
Gravier	100%	Ceará	Icapuí	71,40	28,10	Ago/2055
Parque Eólico Acauã						
Acauã I	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos	46,20	23,80	Abr/2055
Acauã II	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz	46,20	21,30	Abr/2055
Acauã III	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos, São Vicente e Lagoa Nova	16,80	7,60	Fev/2055

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – "Demonstração Intermediárias" e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB" – identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediária condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais da controladora (BC 22 item C do IAS 23 – *Borrowing Costs*).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas.

Em 13 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 07 de março de 2025. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Políticas contábeis materiais

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As alterações introduzidas pelas seguintes normas e interpretações contábeis, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram analisadas pela Companhia e não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.

- CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto / IAS 28 – “Investments in associates and joint ventures”;
- ICPC 09 – Interpretação sobre Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis / IAS 21 – “The effects of changes in foreign exchange rates”; e
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade / IFRS 1 – “First-time adoption of international financial reporting standards”.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e contas bancárias	363	2.864	414	2.864
Recursos mantidos em aplicações financeiras	34.405	250.373	253.812	437.608
	34.768	253.237	254.226	440.472

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 96% e 115% em 31 de março de 2025 (98% e 115% em 31 de dezembro de 2024), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	403.840	154.035	403.915	154.086
Fundo de investimentos em cotas - FIC (caixa restrito) ²	-	-	33.086	31.922
	403.840	154.035	437.001	186.008
Ativo circulante	403.840	154.035	403.915	154.086
Ativo não circulante	-	-	33.086	31.922
	403.840	154.035	437.001	186.008

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 96% e 115% em 31 de março de 2025 (98% e 115% em 31 de dezembro 2024) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira equivale a 100,02% do CDI em 31 de março de 2025 (97,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024), conforme definido na contratação de cada operação. O montante aplicado no fundo de investimento é mantido como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao Finem BNDES.

Para mais detalhes sobre a Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, risco de crédito e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Industrial ou equivalente	50.635	65.351	64.827	81.682
Suprimento a outras concessionárias	67.253	67.499	71.776	73.386
Câmara de comercialização de energia elétrica	12.522	6.045	12.522	8.255
Outros valores a receber	200	217	18	35
	130.610	139.112	149.143	163.358

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, a Companhia não possuía títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

Impairment

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Para mais detalhes sobre a política do contas a receber vejam as notas nº 20 - Instrumentos financeiros e nº 16 - Receita líquida.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA				
	31/12/2024	Integralização de capital	Amortização	Resultado do período	31/03/2025
São Raimundo	109.364	-	-	1.195	110.559
Santo Inácio III	92.689	-	-	1.608	94.297
Garrote	78.587	-	-	1.302	79.889
Santo Inácio IV	79.411	-	-	1.533	80.944
Gravier	421.715	-	-	(2.365)	419.350
Acauã I	297.024	-	-	(1.773)	295.251
Acauã II	306.614	-	-	(1.981)	304.633
Acauã III	158.468	-	-	(1.231)	157.237
Complexo Sol do Cerrado	-	51	-	-	51
Mais valia CESI	7.798	-	(74)	-	7.724
Juros capitalizados	179.251	-	(1.547)	-	177.704
	1.730.921	51	(1.621)	(1.712)	1.727.639

	CONTROLADORA						
	31/12/2023	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do exercício	Dividendos a receber (i/ii)	31/12/2024
São Raimundo	104.404	-	-	-	5.744	(784)	109.364
Santo Inácio III	88.478	-	-	-	5.521	(1.310)	92.689
Garrote	73.750	-	-	-	6.344	(1.507)	78.587
Santo Inácio IV	73.579	-	-	-	7.654	(1.822)	79.411
Gravier	415.922	-	-	-	12.266	(6.473)	421.715
Acauã I	275.874	25.205	-	-	(4.055)	-	297.024
Acauã II	296.460	3.767	-	-	6.387	-	306.614
Acauã III	149.341	10.001	-	-	(874)	-	158.468
Mais valia CESI	8.093	-	-	(295)	-	-	7.798
Juros capitalizados	174.534	-	10.266	(5.549)	-	-	179.251
	1.660.435	38.973	10.266	(5.844)	38.987	(11.896)	1.730.921

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA	
	31/03/2025	31/03/2024
Resultado do período	(1.712)	4.648
Amortização da mais valia CESI	(74)	(74)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.786)	4.574

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauã. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Centrais Eólicas	Início da amortização	Amortização acumulada em 31/03/2025	Amortização acumulada em 31/12/2024
Parque Eólico Santo Inácio (CESI) ¹	Dez/2017	16.514	15.988
Gravier	Dez/2022	2.975	2.644
Acauã I	Jul/2024	955	636
Acauã II	Jan/2024	1.301	1.041
Acauã III	Out/2023	704	593
		22.449	20.902

¹ O Parque Eólica Santo Inácio é composto pelas Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III, Garrote e Santo Inácio IV.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

	31/03/2025						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Receita líquida
São Raimundo	29.238	139.146	10.485	47.340	110.559	1.195	5.303
Santo Inácio III	31.274	127.510	14.080	50.407	94.297	1.608	6.831
Garrote	31.708	98.271	12.716	37.374	79.889	1.302	5.199
Santo Inácio IV	33.555	97.706	12.999	37.318	80.944	1.533	5.342
Central Eólica Gravier S.A.	65.661	390.138	28.553	7.896	419.350	(2.365)	10.135
Acauã I	15.087	311.425	22.733	8.528	295.251	(1.773)	8.630
Acauã II	21.328	303.384	12.359	7.720	304.633	(1.981)	7.728
Acauã III	19.813	144.594	3.450	3.720	157.237	(1.231)	2.858

	31/12/2024						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Receita líquida
São Raimundo	27.876	140.887	11.346	48.053	109.364	5.744	25.204
Santo Inácio III	29.261	129.291	14.713	51.150	92.689	5.521	26.194
Garrote	29.502	99.310	12.307	37.918	78.587	6.344	22.176
Santo Inácio IV	31.328	98.689	12.745	37.861	79.411	7.654	23.168
Central Eólica Gravier S.A.	58.620	395.116	23.942	8.079	421.715	12.266	47.512
Acauã I	10.567	314.762	19.793	8.512	297.024	(4.055)	21.694
Acauã II	16.736	306.819	9.237	7.704	306.614	6.387	35.187
Acauã III	18.901	146.300	3.013	3.720	158.468	(874)	12.430

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2023	112.094	1.044.180	274.188	1.121.762	2.210	76.573	2.631.007
Adições	3.497	-	3.256	9.109	-	38.365	54.227
Baixas	(1.912)	-	(5.013)	(7.754)	-	(102)	(14.781)
Transferência	-	601	288	14.944	84	(15.917)	-
Em 31/12/2024	113.679	1.044.781	272.719	1.138.061	2.294	98.919	2.670.453
Adições	290	-	-	-	-	783	1.073
Baixas	-	-	-	(53)	-	(4)	(57)
Transferência	-	-	-	3.358	27	(3.385)	-
Em 31/03/2025	113.969	1.044.781	272.719	1.141.366	2.321	96.313	2.671.469
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2023	(42.820)	(546.223)	(151.651)	(633.824)	(1.227)	(4.567)	(1.380.312)
Adições	(4.365)	(31.324)	(9.527)	(33.810)	(76)	(352)	(79.454)
Baixas	278	-	5.012	4.378	-	-	9.668
Em 31/12/2024	(46.907)	(577.547)	(156.166)	(663.256)	(1.303)	(4.919)	(1.450.098)
Adições	(1.116)	(7.832)	(2.416)	(8.500)	(21)	(88)	(19.973)
Baixas	-	-	-	26	-	2	28
Em 31/03/2025	(48.023)	(585.379)	(158.582)	(671.730)	(1.324)	(5.005)	(1.470.043)
Valor líquido							
Em 31/12/2024	66.772	467.234	116.553	474.805	991	94.000	1.220.355
Em 31/03/2025	65.946	459.402	114.137	469.636	997	91.308	1.201.426
Taxa média de depreciação	3,92%	3,00%	3,54%	2,98%	3,64%	0,36%	2,99%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2023	136.231	1.043.732	310.899	2.171.057	17.875	896.917	4.576.711
Adições	16.939	-	3.256	9.109	-	112.006	141.310
Baixas	(4.042)	-	(5.013)	(7.754)	(5.107)	(102)	(22.018)
Transferência	-	601	(3.538)	296.576	3.079	(296.718)	-
Em 31/12/2024	149.128	1.044.333	305.604	2.468.988	15.847	712.103	4.696.003
Adições	498	-	-	-	-	298	796
Baixas	(470)	-	-	(53)	-	(7)	(530)
Transferência	-	-	-	3.358	27	(3.385)	-
Em 31/03/2025	149.156	1.044.333	305.604	2.472.293	15.874	709.009	4.696.269
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2023	(45.267)	(546.223)	(156.788)	(821.007)	(2.921)	(5.667)	(1.577.873)
Adições	(5.347)	(31.324)	(10.832)	(108.592)	(705)	(557)	(157.357)
Baixas	1.653	-	5.012	4.378	608	-	11.651
Em 31/12/2024	(48.961)	(577.547)	(162.608)	(925.221)	(3.018)	(6.224)	(1.723.579)
Adições	(1.438)	(7.832)	(2.765)	(28.390)	(124)	(145)	(40.694)
Baixas	351	-	-	26	-	2	379
Em 31/03/2025	(50.048)	(585.379)	(165.373)	(953.585)	(3.142)	(6.367)	(1.763.894)
Valor líquido							
Em 31/12/2024	100.167	466.786	142.996	1.543.767	12.829	705.879	2.972.424
Em 31/03/2025	99.108	458.954	140.231	1.518.708	12.732	702.642	2.932.375
Taxa média de depreciação	3,86%	3,00%	3,62%	4,60%	3,13%	0,08%	3,47%

- (a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, a Companhia e suas controladas possuem terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$4.289 em 31 de março 2025 (R\$4.626 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

- (b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$177.704 em 31 de março 2025 (R\$179.251 em 31 de dezembro 2024). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento, vide nota explicativa nº 6 - Investimentos.

O valor residual dos ativos (imobilizado e intangível) é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Como toda a geração hidráulica da Companhia ocorrem em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão, uma vez que existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 31 de março de 2025, o montante líquido registrado é de R\$6.199 (R\$6.252 em 31 de dezembro de 2024).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 - Provisão para compromissos futuros.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2023	108.049	151.961	1.131	2.187	502.176	124	765.628
Adições	14.640	-	-	-	-	88	14.728
Baixas	(28.389)	-	-	(514)	-	-	(28.903)
Transferências	-	-	-	88	-	(88)	-
Em 31/12/2024	94.300	151.961	1.131	1.761	502.176	124	751.453
Adições	12.207	-	-	-	-	37	12.244
Transferências	-	-	-	37	-	(37)	-
Em 31/03/2025	106.507	151.961	1.131	1.798	502.176	124	763.697
Amortização acumulada							
Em 31/12/2023	(13.915)	(70.512)	(438)	(1.800)	(71.907)	-	(158.572)
Adições	(14.474)	(8.074)	(39)	(155)	(30.643)	-	(53.385)
Baixas	28.389	-	-	514	-	-	28.903
Em 31/12/2024	-	(78.586)	(477)	(1.441)	(102.550)	-	(183.054)
Adições	(3.184)	(2.018)	(10)	(35)	(7.661)	-	(12.908)
Em 31/03/2025	(3.184)	(80.604)	(487)	(1.476)	(110.211)	-	(195.962)
Valor líquido							
Em 31/12/2024	94.300	73.375	654	320	399.626	124	568.399
Em 31/03/2025	103.323	71.357	644	322	391.965	124	567.735
Taxa média de amortização	12,68%	5,31%	3,54%	7,87%	6,10%	-	6,82%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2023	28.585	122.331	151.961	3.601	2.236	502.176	299	811.189
Adições	-	14.640	-	-	-	-	88	14.728
Baixas	-	(38.570)	-	-	(514)	-	-	(39.084)
Transferências	-	-	-	175	88	-	(263)	-
Em 31/12/2024	28.585	98.401	151.961	3.776	1.810	502.176	124	786.833
Adições	-	12.207	-	-	-	-	37	12.244
Transferências	-	-	-	-	37	-	(37)	-
Em 31/03/2025	28.585	110.608	151.961	3.776	1.847	502.176	124	799.077
Amortização acumulada								
Em 31/12/2023	(2.349)	(14.787)	(70.512)	(489)	(1.819)	(71.907)	-	(161.863)
Adições	(857)	(17.128)	(8.074)	(142)	(165)	(30.643)	-	(57.009)
Baixas	-	31.915	-	-	514	-	-	32.429
Em 31/12/2024	(3.206)	-	(78.586)	(631)	(1.470)	(102.550)	-	(186.443)
Adições	(218)	(3.420)	(2.018)	(30)	(37)	(7.660)	-	(13.383)
Em 31/03/2025	(3.424)	(3.420)	(80.604)	(661)	(1.507)	(110.210)	-	(199.826)
Valor líquido								
Em 31/12/2024	25.379	98.401	73.375	3.145	340	399.626	124	600.390
Em 31/03/2025	25.161	107.188	71.357	3.115	340	391.966	124	599.251
Taxa média de amortização	3,05%	13,09%	5,31%	3,18%	8,09%	6,10%	-	6,75%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	4.520	3.601	4.520	3.601
Fornecedores de materiais e serviços	9.201	27.771	54.826	77.413
Encargos de uso da rede elétrica	4.185	4.105	4.186	4.105
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	-	15.354	1.561
	17.906	35.477	78.886	86.680

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 59 dias em 31 de março de 2025 (75 dias em 31 de dezembro de 2024) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para detalhes em relação ao fluxo de pagamentos e dos riscos: taxa de câmbio; taxa de juros; elevação da inflação; liquidez; aceleração do vencimento da dívida; crédito; liquidez relacionados a fornecedores e hidrológicos vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda	19.293	76.203	20.599	77.099
Contribuição social	6.046	24.117	7.264	25.293
	25.339	100.320	27.863	102.392

10.a | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Créditos tributários diferidos				
Concessões a pagar (UBP) (i)	19.773	19.087	19.773	19.087
Demais provisões	64.083	63.961	64.292	63.839
Provisões para compromissos futuros (i)	47.622	46.539	48.276	47.177
Redução ao valor recuperável de ativos	3.582	3.145	3.582	3.145
Outros	551	516	717	1.190
	135.611	133.248	136.640	134.438
Obrigações tributárias diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(69.390)	(70.128)	(69.390)	(70.128)
Concessões a pagar (UBP) (i)	(20.373)	(18.630)	(20.373)	(18.630)
Provisões para compromissos futuros (i)	(43.233)	(43.214)	(43.473)	(43.454)
Repactuação do risco hidrológico	(133.049)	(135.650)	(133.049)	(135.650)
Depreciação fiscal	(133.752)	(125.795)	(133.753)	(125.795)
	(399.797)	(393.417)	(400.038)	(393.657)
	(264.186)	(260.169)	(263.398)	(259.219)
Total do ativo	-	-	872	1.030
Total do passivo	(264.186)	(260.169)	(264.270)	(260.249)
	(264.186)	(260.169)	(263.398)	(259.219)

- (i) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros e concessões a pagar;

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	(260.169)	(296.994)	(259.219)	(296.079)
Débitos alocados às demonstrações de resultados ¹	(6.381)	(15.798)	(6.381)	(15.878)
Créditos alocados às demonstrações de resultados ¹	2.364	52.623	2.202	52.738
Saldo no término do período	(264.186)	(260.169)	(263.398)	(259.219)

¹ Em 2024 houve o reconhecimento no resultado das contingências da Vale e Cemig GT que resultou no montante apresentado no ano. Para 2025 o valor representa o valor usual das operações.

10.b | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	109.756	126.265	114.049	129.364
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(37.317)	(42.930)	(38.777)	(43.984)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	(582)	1.580	-	-
Depreciação fiscal (baixa de imobilizado)	9	-	9	-
Diferença regime tributário – Lucro presumido	-	-	(3.592)	(728)
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	212	228
Outros	(194)	(63)	(229)	(28)
Despesa no resultado	(38.084)	(41.413)	(42.377)	(44.512)
Imposto corrente	(34.066)	(31.921)	(38.197)	(34.851)
Imposto diferido	(4.018)	(9.492)	(4.180)	(9.661)
	(38.084)	(41.413)	(42.377)	(44.512)
Alíquota efetiva	35%	33%	37%	34%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2023	236.958	19.625	1.900	258.483
Efeitos financeiros reconhecidos	22.344	1.846	125	24.315
Amortizações	(26.762)	(2.002)	(145)	(28.909)
Saldo em 31/03/2024	232.540	19.469	1.880	253.889
Saldo em 31/12/2024	218.733	18.995	1.815	239.543
Efeitos financeiros reconhecidos	22.479	1.912	119	24.510
Amortizações	(27.418)	(2.078)	(142)	(29.638)
Saldo em 31/03/2025	213.794	18.829	1.792	234.415

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante	41.033	41.047
Passivo não circulante	193.382	198.496
	234.415	239.543

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2026	28.210
2027	34.497
2028	31.246
2029	28.314
2030	25.667
2031	23.273
2032 a 2036	17.453
2037 em diante	4.722
	193.382

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Debêntures - 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	71.956	69.942	71.956	69.942
Debêntures - 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	273.553	282.019	273.553	282.019
Debêntures - 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	238.856	243.011	238.856	243.011
Debêntures - 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	256.080	247.489	256.080	247.489
Debêntures - 6ª emissão (a)	15/11/2037	IPCA + 6,14%	R\$	365.257	352.992	365.257	352.992
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	170.105	172.570
(-) Custo de transação	-	-	R\$	(26.385)	(27.007)	(29.501)	(30.212)
Total				1.179.317	1.168.446	1.346.306	1.337.811
Classificadas como:							
Passivo circulante				92.196	87.141	106.088	100.706
Passivo não circulante				1.087.121	1.081.305	1.240.218	1.237.105
				1.179.317	1.168.446	1.346.306	1.337.811

a. DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª emissão de debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografia
6ª emissão	15/11/2023	340.000	14	Semestral	15/11/2024	Quirografia

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.169.989	1.349.783
Encargos financeiros	35.525	39.540
Amortização do principal	(13.240)	(16.197)
Amortização de juros	(13.978)	(17.692)
Saldo em 31 de março de 2024	1.178.296	1.355.434
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.168.446	1.337.811
Encargos financeiros	38.999	43.354
Amortização do principal	(13.240)	(16.480)
Amortização de juros	(14.888)	(18.379)
Saldo em 31 de março de 2025	1.179.317	1.346.306

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/03/2025	31/12/2024
TJLP	7,97%	7,43%
IPCA	5,48%	4,83%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2026	62.068	73.188
2027	84.162	99.930
2028	88.086	105.188
2029	118.470	139.513
2030	119.203	141.446
2031 a 2035	553.343	619.163
2036 a 2037	61.789	61.790
Total do passivo não circulante	1.087.121	1.240.218

b. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

c. GARANTIAS

Em 31 de março de 2025, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Em 31/12/2023	60.576	1.470	6.802	11.601	2.838	17.527	100.814	30.631	131.445
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Pagamentos	(1.797)	(264)	(105)	(898)	(111)	(35)	(3.210)	(199)	(3.409)
Atualização	1.445	48	157	323	70	389	2.432	583	3.015
Em 31/03/2024	60.224	1.254	6.854	11.026	2.797	17.881	100.036	31.000	131.036
Em 31/12/2024	77.561	285	10.367	10.510	2.716	7.812	109.251	19.523	128.774
Adições / (Baixas)	-	12.207	-	-	-	-	12.207	-	12.207
Pagamentos	(2.173)	(217)	(101)	(557)	(108)	(35)	(3.191)	(478)	(3.669)
Atualização	2.207	27	282	331	80	209	3.136	407	3.543
Em 31/03/2025	77.595	12.302	10.548	10.284	2.688	7.986	121.403	19.452	140.855

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante	22.514	18.649	23.966	20.432
Passivo não circulante	98.889	90.602	116.889	108.342
	121.403	109.251	140.855	128.774

- (a) As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide notas explicativas nº 7 – Imobilizado e 8 - Intangível, respectivamente.

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, consequentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor (Funil, Igarapava, Porto Estrela, Centrais Eólicas Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauã) e para as usinas que estão em fase de renovação da licença de operação (Aimorés, Candonga e Capim Branco).

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2023	143.459	31.202	350	-	175.011
Atualizações	4.728	1.601	31	-	6.360
Reversões/pagamentos	(220)	1	(15)	-	(234)
Saldo em 31/03/2024	147.967	32.804	366	-	181.137
Saldo em 31/12/2024	152.291	23.736	305	50	176.382
Atualizações	1.422	673	13	10	2.118
Adições	-	11.585	29	1.283	12.897
Reversões	-	(7.854)	-	-	(7.854)
Saldo em 31/03/2025	153.713	28.140	347	1.343	183.543

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Nos três primeiros meses de 2025, exceto pelos processos descritos a seguir, não houve avaliações significativas nos principais processos como sendo de risco provável, os quais estão apresentados na nota 14 - Processos judiciais das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre as principais variações no primeiro trimestre de 2025, dos processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ação cível

- **Ação de desapropriação**

A presente demanda refere-se à ação judicial de desapropriação movida para a constituição da Unidade de Conservação – Parque do Pau Furado. O imóvel objeto da expropriação, denominado Fazenda Quilombo, localizado nas regiões de Buracão e Capão da Cana, Município de Araguari/MG, possui área total de 818,9484 hectares, registrada nas seguintes transcrições: nº 5.858, Livro 3-C, fls. 107 (07/08/1941); nº 6.470, Livro 3-C, fls. 240 (03/08/1942); nº 6.654, Livro 3-C, fls. 280 (03/10/1942); e nº 20.785, Livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araguari/MG.

Em 31 de dezembro de 2024, o processo estava classificado como perda possível. No entanto, após publicação de sentença desfavorável aos interesses da Aliança, no primeiro trimestre de 2025, houve a reclassificação para risco provável.

O valor provisionado como perda provável é de R\$10.263 em 31 de março de 2025 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

- **Ação pedido de tutela - Coteminas**

Trata-se de demanda com pedido de tutela de urgência ajuizada em face da Coteminas S.A. para que cumprisse com a obrigação assumida no âmbito do consórcio mantido com a Aliança, qual seja, a realização do aporte do dinheiro necessário para viabilizar a manutenção e as atividades da usina hidrelétrica que integra o seu objeto, inclusive mediante a suspensão dos direitos políticos enquanto persistir o inadimplemento.

A classificação inicial do risco de perda, em 31 de dezembro de 2024, era provável. Contudo, no primeiro trimestre de 2025, em virtude de decisão judicial que determinou a reversão da tutela de urgência e a consequente liquidação da CCEE, houve a baixa contábil da provisão anteriormente reconhecida.

O valor atribuído como perda provável é de R\$0 em 31 de março de 2025 (R\$7.685 em 31 de dezembro de 2024).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ambiental	42.322	40.981	45.080	43.335
Cíveis	83.843	93.248	84.713	94.085
Regulatório	32.898	33.239	34.480	33.239
Tributário	100.844	99.465	101.328	101.006
Outras	4.022	4.102	4.022	4.102
	263.929	271.035	269.623	275.767

Ação cível

- **Ação de desapropriação**

Em 31 de dezembro de 2024, o processo judicial estava classificado um prognóstico de risco de perda possível, sendo modificado para provável em 2025, conforme avaliação dos advogados. Para mais detalhes, vide texto em processos judiciais com prognóstico de perda provável.

O valor atribuído como perda possível é de R\$0 em 31 de março de 2025 (R\$10.288 em 31 de dezembro de 2024).

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ambientais	7.443	7.274	7.443	7.274
Cíveis	4.015	1.197	4.631	1.790
Trabalhistas	113	95	113	95
Fiscais	45	44	45	44
	11.616	8.610	12.232	9.203

15 | Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/03/2025		31/12/2024	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

Em 13 de agosto de 2024, a Vale S.A assinou o contrato para aquisição da participação da Cemig GT na Aliança, resultando na transferência integral da participação acionária emitidas pela Aliança.

a. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Dessa forma, em 31 de março de 2025 o montante a pagar é de R\$128.016 (R\$128.016 em 31 de dezembro de 2024).

b. Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

c. Reserva de capital

Em 27 de fevereiro de 2015, o tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, foi o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital.

d. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	71.672	84.852
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,06	0,07

16 | Receita Líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	307.742	293.283	362.063	342.126
Transações com energia na CCEE	13.389	5.124	13.740	7.153
Receita bruta pela prestação de serviços	582	461	37	37
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(43.509)	(41.326)	(46.168)	(48.068)
	278.204	257.542	329.672	301.248

(a) FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Industrial ou equivalente	147.005	142.737	188.193	181.872
Suprimento geração para terceiros	148.499	9.178	16.804	9.178
Suprimento a outras concessionárias	12.238	141.368	157.066	151.076
	307.742	293.283	362.063	342.126

(b) IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Tributos sobre a receita				
PIS	(5.272)	(4.914)	(5.685)	(5.304)
COFINS	(24.283)	(22.635)	(26.191)	(24.431)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	-	(2)	(4.306)
ISS	(29)	(24)	(29)	(23)
	(29.584)	(27.573)	(31.907)	(34.064)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(9.892)	(9.988)	(9.892)	(9.988)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.256)	(1.194)	(1.592)	(1.444)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.111)	(1.029)	(1.111)	(1.029)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(555)	(513)	(555)	(514)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.111)	(1.029)	(1.111)	(1.029)
	(13.925)	(13.753)	(14.261)	(14.004)
	(43.509)	(41.326)	(46.168)	(48.068)

(b.1) O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Depreciação e amortização	(32.772)	(32.845)	(53.968)	(50.131)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(19.557)	(17.912)	(24.080)	(22.212)
Serviços de terceiros	(12.603)	(10.362)	(18.726)	(14.991)
Pessoal	(9.512)	(10.120)	(9.528)	(10.134)
Prêmio do risco hidrológico	(3.742)	(3.609)	(3.742)	(3.609)
Energia elétrica comprada para revenda	(11.943)	(2.328)	(29.295)	(8.844)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	(2.149)	(1.079)	(2.149)	(1.079)
Materiais	(643)	(614)	(643)	(617)
Outros custos operacionais	(3.335)	(1.838)	(4.328)	(3.052)
	(96.256)	(80.707)	(146.459)	(114.669)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	(4.292)	(4.607)	(4.292)	(4.607)
Serviços de terceiros	(3.114)	(3.481)	(3.767)	(4.127)
Participação dos empregados no resultado	(759)	(1.027)	(759)	(1.027)
Contingências	(7.161)	(999)	(7.161)	(1.011)
Depreciação e amortização	(109)	(98)	(109)	(100)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(783)	(414)	(348)	(651)
	(16.218)	(10.626)	(16.436)	(11.523)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.712)	4.648	-	-
Amortização do ágio	(74)	(74)	-	-
	(1.786)	4.574	-	-
	(18.004)	(6.052)	(16.436)	(11.523)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	11.992	8.832	18.913	12.649
Outras	645	206	719	281
	12.637	9.038	19.632	12.930
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(24.510)	(24.315)	(24.510)	(24.315)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(3.136)	(2.432)	(3.543)	(3.015)
Encargos de financiamentos e debêntures	(38.999)	(26.087)	(43.354)	(30.102)
Outras	(180)	(722)	(953)	(1.190)
	(66.825)	(53.556)	(72.360)	(58.622)
	(54.188)	(44.518)	(52.728)	(45.692)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	50.635	65.350	-	-	50.635	65.350
Serviços de <i>backoffice</i>	182	182	-	-	-	-	182	182
Adiantamento futuro aumento de capital (v)	11.241	11.241	-	-	-	-	11.241	11.241
Dividendos a receber (iv)	30.565	30.565	-	-	-	-	30.565	30.565
Outros valores a receber	470	600	-	-	-	-	470	600
Contas a pagar								
Outros valores a pagar	-	-	2	102	-	-	2	102
Dividendos a pagar (iv)	-	-	128.016	128.016	-	-	128.016	128.016

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Resultado								
Receita com venda de energia (i)	-	-	147.005	146.700	-	49.877	147.005	196.577
Receita com serviços de <i>backoffice</i>	545	409	-	-	-	-	545	409
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	-	(11.177)	-	(11.177)
Custo com O&M (iii)	-	-	-	-	-	(1.463)	-	(1.463)
Compra de energia (i)	(12)	(16)	-	-	-	(54)	(12)	(70)
Outras despesas	-	-	(204)	(298)	-	(2)	(204)	(300)
Outros custos	-	-	(33)	(31)	-	-	(33)	(31)
Recuperação de despesas (ii)	1.364	60	-	-	-	-	1.364	60

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra de energia elétrica através de contrato com sua acionista; (ii) recuperação de despesas; (iii) serviços de operação e manutenção; (iv) dividendos a pagar e receber; e (v) adiantamento para futuro aumento de capital reconhecido dentro de investimentos na controladora.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 31 de março de 2025, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes, que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.662 (R\$2.837 em 31 de março de 2024), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas operacionais.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do

instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de flutuações nas taxas de juros e inflação no valor dos seus ativos e passivos financeiros evidenciando o qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes especializadas, sendo considerado conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras Intermediárias condensadas.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado as taxas de juros prováveis para 31 de março de 2026, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	34.768	253.237	254.226	440.472
Aplicações financeiras	403.840	154.035	437.001	186.008
Contas a receber	130.610	139.112	149.143	163.358
Outros valores a receber	10.629	11.901	13.156	15.509
Dividendos a receber	30.565	30.565	-	-
	610.412	588.850	853.526	805.347
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	17.906	35.477	78.886	86.680
Financiamentos e debêntures	1.179.317	1.168.446	1.346.306	1.337.811
Arrendamentos	4.576	4.882	37.208	37.566
Dividendos a pagar	128.016	128.016	128.016	128.016
Concessões a pagar	234.415	239.543	234.415	239.543
	1.564.230	1.576.364	1.824.831	1.829.616

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	31/03/2025		31/12/2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	234.415	243.979	239.543	252.957
Financiamentos e debêntures	1.179.317	1.125.337	1.168.446	1.058.535
	1.413.732	1.369.316	1.407.989	1.311.492
	CONSOLIDADO			
	31/03/2025		31/12/2024	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	234.415	243.979	239.543	252.957
Financiamentos e debêntures	1.346.306	1.258.918	1.337.811	1.193.712
	1.580.721	1.502.897	1.577.354	1.446.669

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de março de 2025. Esta exposição ocorre em função do passivo de financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12) indexado à variação do IPCA e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de março de 2025.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, O CDI será de 13,90%, IPCA de 5,14% e a TJLP de 8,39%. A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

a. CONTROLADORA:

Descritivo	31/03/2025		
	Cenário Base	Cenário provável CDI 13,90%	Cenário adverso CDI 9,88%
Ativo			
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	438.245	499.161	481.544
Ativo exposto	438.245	499.161	481.544
Efeito no resultado		60.916	43.299

Descritivo	31/03/2025		
	Cenário Base	Cenário provável IPCA 5,14%	Cenário adverso IPCA 7,64%
Ativo			
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	(1.179.317)	(1.239.934)	(1.269.417)
Ativo exposto	(1.179.317)	(1.239.934)	(1.269.417)
Efeito no resultado		(60.617)	(90.100)
Efeito líquido da variação no resultado		299	(46.801)

b. CONSOLIDADO:

Descritivo	31/03/2025		
	Cenário Base	Cenário provável CDI 13,90%	Cenário adverso CDI 9,88%
Ativo			
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	690.813	786.836	759.065
Ativo exposto	690.813	786.836	759.065
Efeito no resultado		96.023	68.252

31/03/2025			
Descritivo	Cenário Base	Cenário Provável IPCA 5,14%	Cenário adverso IPCA 7,64%
Passivo			
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.179.317)	(1.239.934)	(1.269.417)
Passivo exposto	(1.179.317)	(1.239.934)	(1.269.417)
Efeito no resultado		(60.617)	(90.100)

31/03/2025			
Descritivo	Cenário Base	Cenário Provável TJLP 8,39%	Cenário adverso TJLP 9,55%
Passivo			
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(166.989)	(180.999)	(182.936)
Passivo exposto	(166.989)	(180.999)	(182.936)
Efeito no resultado		(14.010)	(15.947)
Efeito líquido da variação no resultado		21.396	(37.795)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março 2025. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11 – Concessões a pagar) indexado à variação do IGP-M.

- Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2025, a taxa IGP-M anualizada será de 4,08%, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

31/03/2025			
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	Cenário base	Cenário provável IGP-M 4,08%	Cenário adverso IGP-M 8,57%
Passivo			
Concessões a pagar (nota explicativa nº 11)	(234.415)	(243.979)	(254.504)
Passivo líquido exposto	(234.415)	(243.979)	(254.504)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(9.564)	(20.089)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	17.906	37.044	37.044	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.179.317	1.239.007	24.871	71.993	495.877	646.266
Arrendamentos	4.576	4.806	439	1.253	3.114	-
Dividendos a pagar	128.016	128.016	-	128.016	-	-
Concessões a pagar	234.415	235.062	10.704	30.557	129.340	64.461
	1.564.230	1.643.935	73.058	231.819	628.331	710.727

CONSOLIDADO ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	78.886	78.886	78.886	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.346.306	1.419.305	28.621	83.242	595.057	712.385
Arrendamentos	37.208	39.075	1.404	4.023	14.904	18.744
Dividendos a pagar	128.016	128.016	-	128.016	-	-
Concessões a pagar	234.415	235.062	10.704	30.557	129.340	64.461
	1.824.831	1.900.344	119.615	245.838	739.301	795.590

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós-fixados.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31 de março de 2025, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 - Financiamentos e debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com sua acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	34.768	253.237	254.226	440.472
Aplicações financeiras	403.840	154.035	437.001	186.008
Contas a receber	130.610	139.112	149.143	163.358
Outros valores a receber	10.629	11.901	13.156	15.509
Total da exposição	579.847	558.285	853.526	805.347

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em sua acionista.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Compromissos

Em 31 de março de 2025, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$69.230 em 31 de março de 2025 (R\$71.474 em 31 de dezembro 2024).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação nas Centrais Eólicas conforme segue:

	31/03/2025	31/12/2024
São Raimundo	8.852	8.147
Santo Inácio III	11.161	10.273
Garrote	8.467	7.793
Santo Inácio IV	8.467	7.793
Gravier	13.200	12.811
Acauã I	11.918	11.723
Acauã II	10.728	10.552
Acauã III	5.978	5.880
	78.771	74.972

Balanco energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2025	2026	2027	2028	2029
Garantia Física	762,02	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	740,28	740,28	740,28	740,28	740,28
Contratos de Compra	50,09	16,00	-	-	-
Contratos de Venda	687,54	687,54	687,54	687,54	687,54
Distribuidor	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	-	-	-	-	-
Total Contratado	86,99%	90,91%	92,88%	92,88%	92,88%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 31 de dezembro 2024 para todo o horizonte.

22 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações que não afetaram caixa, complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Dividendos a receber (1)	-	3.204	-	-
Fornecedores de imobilizado	13.078	-	(18.269)	-
Juros capitalizados (2)	-	9.438	-	9.438
	13.078	12.642	(18.269)	9.438

- 1) Valores a receber das Centrais Eólicas São Raimundo e Gravier; e
- 2) Juros capitalizados da construção dos novos projetos da Central Eólica de Acauã I.

23 | Eventos subsequentes


Pagamento de dividendos

Em 19 de maio de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$128.016 em dividendos à Vale.

Anuência da ANEEL para alteração do controle societário

Em 10 de julho de 2025 ocorreu a publicação do despacho nº 2.049 do processo 48500.014974/2025-22, onde concede anuência da transferência do controle societário direto da Companhia para GIP Horizon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

DIRETORIA



Paulo De Tarso De
Alexandria Cruz


895.649.731-04
PAULO DE TARSO DE ALEXANDRIA CRUZ
Diretor Financeiro e Administrativo



Carlos Augusto Pavanelli
Lopes Filho

713.043.048-04
CARLOS AUGUSTO PAVANELLI LOPES FILHO
Diretor de Operações e Engenharia

RESPONSÁVEL TÉCNICO



Rafael Lisboa Fernandes

014.506.226-07
RAFAEL LISBOA FERNANDES
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0480190

Passo 3 - Digite a senha: z8Q2a5Uw